



ATA Nº 5/ 2025

**da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mora, realizada no dia
26/09/2025**

*(De acordo com o nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual
redação)*

1. Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório Municipal do Parque de Feiras, a Assembleia Municipal de Mora.
2. Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros convocados: Maria Joaquina Filipe Salgueiro (Presidente da Assembleia Municipal), Carlos Alberto da Silveira Biléu (1.º Secretário), Arnaldo António Valdanta da Silva (2.º Secretário), António José Ameixeira Vitorino, António Manuel Matos Salgueiro, João Carlos Durão Lopes Saraiva, José Manuel Ribeiro Pinto, António Alberto Nunes Vitorino, João Aleixo Rodrigues de Carvalho, Nélia de Jesus Dias Aniceto Santos (CDU), Ana Paula Beja da Cruz Matos, Florípes da Conceição Sousa Laurindo, João Manuel Marques Coelho, Miguel Filipe Chuço Maia, João Miguel Lopes Fragoso e Custódia Maria Casanova (PS).
3. Os membros Ana Maria Prates Ramalho Aniceto, Rui Manuel David Barroso e Fábio Alexandre Bicho Coelho (PS) apresentaram as justificações para as ausências, pedindo as suas substituições.
O membro convocado Clemente Medeiros teve que se ausentar antes da sessão por questões pessoais e irá posteriormente justificar a sua ausência.
4. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: a Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, o Sr. Vice-Presidente António Ferreira, e os Srs. Vereadores Hugo Carreiras e Luís Branco.

PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
--

5. A **Presidente da Assembleia Municipal** questionou o público presente se pretendiam intervir, registando-se algumas intervenções.
6. A munícipe **Maria de Lurdes** levantou uma questão que a preocupa, devido ao facto de ter uma filha com necessidades especiais na Escola de Mora. Referiu que tem vindo a solicitar que a educanda tenha uma auxiliar em exclusivo, devido ao nível de autismo diagnosticado. Reportou uma situação que aconteceu no início do ano letivo que a deixou bastante desagrada, o facto de ter que vir buscar a sua educanda à escola, por falta de auxiliares neste espaço, quando, segundo afirmou a criança em questão já se estava a habituar à rotina e devido aos problemas diagnosticados, a



rotina é essencial ao bem-estar da aluna. A munícipe, perante a exposição apresentada questiona a razão da escola não ter auxiliares disponíveis, para que possam substituir nas ausências de colegas. Acrescenta ainda que teve conhecimento de que as propostas para solucionar a situação têm sido rejeitadas, e aguarda uma resposta da autarquia para esta situação.

7. A **Presidente da Câmara Municipal** solicitou a palavra para responder à munícipe, começando por agradecer a presença de todos. Relativamente à questão levantada pela munícipe, afirmou que, enquanto mãe e Presidente da Câmara, compreende e preocupa-se profundamente com a situação da criança autista mencionada. Explicou que o município tem enfrentado dificuldades devido à falta de recursos humanos, apesar dos pedidos e pareceres enviados pela escola a indicar a necessidade de mais auxiliares para apoiar várias crianças com necessidades educativas especiais. Referiu que a Câmara levou à reunião a proposta de ativação da bolsa de recrutamento para resolver o problema, tendo ela e o Vice-Presidente votado a favor, mas a proposta foi rejeitada pelos restantes vereadores, que justificaram a decisão por estarem próximos das eleições. A Presidente da Câmara considerou essa decisão incorreta, defendendo que as necessidades das crianças não devem ficar condicionadas por motivos eleitorais. Informou ainda que, enquanto não há bolsa de recrutamento aprovada, o acompanhamento está a ser assegurado através de contratos a recibos verdes, reconhecendo, no entanto, que essa solução é precária e prejudica a estabilidade das crianças. Concluiu dizendo que, até ao final do seu mandato, garantirá que a filha da munícipe continue a ter acompanhamento, embora não possa oferecer, neste momento, uma solução mais estável ou definitiva.
8. A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Vereador Hugo Carreiras**, que esteve presente na Reunião de Câmara, onde essa bolsa de recrutamento foi chumbada, o qual afirmou que a sua decisão foi tomada de forma consciente e fundamentada. Explicou que, segundo as informações de que dispõe, os rácios de pessoal na escola não estão abaixo do necessário e existem trabalhadores suficientes para assegurar o funcionamento. Acrescentou, que nem todos os funcionários que trabalham na escola são da responsabilidade da própria escola, havendo também trabalhadores afetos à câmara, nomeadamente nas AAF's e CAAF's. Considerou que, com uma melhor gestão e planeamento, esses recursos poderiam ser redistribuídos para prestar apoio onde fosse necessário, uma vez que os horários das atividades permitiriam essa complementaridade. Concluiu dizendo, que compreende a situação exposta pela mãe, mas manteve o seu voto contra por entender que há soluções possíveis dentro dos recursos já existentes.
9. A **Presidente da Câmara Municipal** pediu a palavra para ler o excerto da ata da Reunião de Câmara onde o Vereador justificou o voto contra com o facto da aproximação das eleições Autárquicas. Ao que o Vereador referiu ter conhecimento do que disse na reunião, apenas quis justificar a sua decisão.



10. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** e responsável pelo pelouro da educação pediu a palavra e afirmou que a situação em causa o toca pessoalmente e que é um tema pelo qual tem vindo a lutar há quatro anos. Referiu ter ficado desiludido com a reprovação da proposta na última Reunião de Câmara, sublinhando que o apoio a crianças com necessidades especiais não pode ser assegurado por qualquer auxiliar. Explicou que a auxiliar atribuída à filha da munícipe foi escolhida em conjunto com a direção da escola, há cerca de um mês, mas admitiu não ter sido informado de que essa trabalhadora iria ausentar-se por alguns dias. Lamentou que a direção da escola não tenha comunicado ou prevenido essa situação, realçando a importância de manter as rotinas das crianças autistas. Concluiu afirmando que considerar que qualquer pessoa a recibos verdes pode cuidar de uma criança nestas condições é um erro grave.
11. A munícipe **Ana Fortio** dirigiu-se à Presidente da Câmara Municipal para manifestar a sua insatisfação relativamente à falta de resposta a um pedido de emprego apresentado em fevereiro de 2025. Explicou que possui o curso de Técnica de Ação Educativa e o 12.º ano de escolaridade, tendo experiência com crianças com necessidades especiais, embora o seu pedido não se destinasse especificamente a essa área. Procurava, sobretudo, um trabalho com um horário compatível com a vida familiar. Relatou que, na altura, a presidente se comprometeu a tratar do assunto e a tentar ajudá-la, mas passados sete meses não recebeu qualquer resposta. Acrescentou ter tido conhecimento de que cerca de setenta pessoas foram entretanto contratadas pela câmara, sem saber em que condições ou critérios. Mostrou desagrado por saber que foram colocadas pessoas sem formação adequada em funções nas escolas e creches, afirmando que algumas dessas auxiliares demonstram comportamentos inapropriados no trato com as crianças. Criticou a autarquia por permitir que profissionais sem qualificação específica cuidem dos menores do concelho.
12. A **Presidente da Câmara Municipal** solicitou a palavra e confirmou que a munícipe esteve reunida consigo para pedir trabalho, tal como acontece com muitas outras pessoas. Explicou que a autarquia não consegue responder a todos os pedidos de emprego, especialmente nas condições atuais. Referiu que, durante a conversa, a munícipe apresentou várias restrições relativas a horários e à localização das filhas, o que limitou as possibilidades de colocação. Acrescentou que, conforme prometido, contactou algumas IPSS para tentar encontrar uma solução, mas que essas instituições não chegaram a estabelecer contacto com a munícipe. Sublinhou que cumpriu o que estava ao seu alcance, transmitindo o pedido e a situação às entidades competentes, e concluiu dizendo que, se não houve resposta das IPSS, a responsabilidade não é da câmara, uma vez que fez as diligências necessárias para tentar ajudar.
13. O **Vereador Hugo Carreiras** solicitou intervir na sessão na qualidade de público e não como eleito, justificando essa decisão com o que considerou ser uma postura de prepotência da presidente da Câmara Municipal. Explicou que, ao falar como público, o regimento lhe garantia maior liberdade de expressão, uma vez que, enquanto



vereador, só poderia intervir com autorização da Presidente. Acrescentou que a sua intervenção tinha sobretudo um carácter pessoal, destinada a despedir-se de todos por se tratar do fim do seu ciclo político e da sua última participação numa assembleia. Intervenção que se anexa (anexo 20/2025).

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

14. A **Presidente da Assembleia Municipal** questionou os grupos Municipais se pretendiam apresentar alguma intervenção, sugerindo que se faça alternadamente as intervenções, inscrevendo-se com o 1.º Secretário Carlos Biléu.
15. O eleito **António Vitorino (CDU)**, Presidente da Junta de Freguesia de Brotas, iniciou a sua intervenção lamentando que, ao longo de quatro anos, nem a Presidente da Câmara nem o Vereador em causa tenham assistido a uma Assembleia de Freguesia, onde se discutem os problemas reais e quotidianos da população. Criticou o distanciamento da Assembleia Municipal face às preocupações concretas das pessoas, o que, em seu entender, contribui para o desinteresse e a fraca participação dos cidadãos nestas sessões. Referiu sentir frustração por, muitas vezes, passar horas em assembleias que considera pouco produtivas, sublinhando que o seu propósito na política não é ganhar protagonismo ou visibilidade, mas trabalhar em prol dos habitantes de Brotas. Destacou o empenho e o esforço do executivo da junta ao longo do mandato, reconhecendo as dificuldades, mas afirmou que, ainda assim, foi possível concretizar projetos e apoiar a população de forma transversal, sem distinção partidária. Concluiu manifestando desilusão pela falta de apoio da Câmara Municipal à freguesia, enumerando como contributos recebidos apenas o fornecimento de gasóleo, a cedência de um trabalhador e o empréstimo pontual de um autocarro. Citou ainda um morador que, de forma crítica, resumiu a perceção local sobre a presença da autarquia dizendo: “A gente sabe que há câmara porque vem cá o camião do lixo, os funcionários das águas e quando há festas.”
16. O Vereador **António Ferreira (PS)** responsável pela área respondeu ao presidente da Junta de Freguesia de Brotas, afirmando manter uma boa relação com ele e com todo o executivo da freguesia, embora tenha ficado surpreendido com o teor da intervenção. Esclareceu que, contrariamente ao que foi dito, a Câmara tem prestado apoio regular à junta, apresentando uma lista elaborada pelos serviços técnicos que inclui 51 intervenções realizadas apenas no último ano — uma média de uma por semana — em resposta a pedidos da freguesia. Sublinhou que essa lista não contempla todas as ações efetuadas, uma vez que muitos pedidos do dia-a-dia são resolvidos de forma imediata e não ficam registados formalmente. Defendeu, por isso, que o trabalho realizado é significativo e que a intervenção do presidente da junta tem um tom político, mais do que uma análise real do trabalho desenvolvido. Acrescentou ainda que o esforço da



Câmara é repartido entre as quatro freguesias do concelho, o que exige equilíbrio na distribuição dos recursos e respostas.

17. O eleito **António Vitorino (CDU)** afirmou acreditar nos dados apresentados pelo vereador e até presumir que o número de intervenções pudesse ser superior a 51. No entanto, salientou que as ações mencionadas correspondem a tarefas que são da responsabilidade da Câmara Municipal, e não da Junta de Freguesia, referindo como exemplos o desentupimento de esgotos e a reparação de buracos no alcatrão.
18. O Vereador **António Ferreira (PS)** respondeu dando como exemplo a cedência recente de um recurso humano à freguesia de Brotas, sublinhando que o pedido foi atendido de imediato e sem hesitação. Afirmou que tem procurado sempre apoiar a freguesia e que, inclusive, já se deslocou pessoalmente ao local para colaborar com as equipas. Concluiu dizendo não saber o que mais poderia fazer enquanto vereador para prestar apoio àquela freguesia.
19. A eleita **Floripes Laurindo (PS)** deixou um balanço sobre o trabalho do executivo PS durante este mandato, referindo que o mesmo se baseou numa governação de proximidade, de diálogo e de transparência. Intervenção que se anexa (anexo 21/2025)
20. A **Presidente da Assembleia Municipal** fez a sua intervenção salientando a falta de estratégia, planeamento, transparência e cumprimento do programa eleitoral proposta pelo executivo Renascer/PS. Intervenção que se anexa. (anexo 22/2025)
21. A **Presidente da Câmara Municipal** solicitou o direito de resposta à intervenção feita anteriormente, afirmando que, apesar de nem todas as promessas do programa eleitoral terem sido cumpridas, a autarquia realizou muito mais do que estava previsto. Reconheceu lacunas na área da saúde, mas destacou melhorias significativas, como a existência de duas UCC e a possibilidade de realizar, agora, análises mais complexas em Mora, e garantiu que continuará a lutar por melhores condições. Em relação ao turismo e loteamentos, contestou algumas alegações da oposição, apresentando dados que, segundo ela, demonstram progresso, mas reconheceu dificuldades na questão do loteamento, apontando que programas anteriores da CDU também não cumpriram objetivos. Reforçou que nunca houve esbanjamento de recursos públicos, esclarecendo que nem ela nem o executivo usufruíram indevidamente de veículos ou refeições pagas pelo município. Concluiu afirmando que poderia apresentar mais provas, mas que não valeria a pena prolongar a discussão, remetendo para que o eleitorado decidisse nas eleições do dia 12.
22. O eleito **José Pinto** fez uma observação sobre a situação da saúde no concelho de Mora, referindo um alerta do Centro de Saúde, nas redes sociais, que informava que, devido à ausência imprevista de um profissional escalado, não haveria consulta aberta em Mora no dia 27/09/2025. Sublinhou que este facto é revelador do estado atual da saúde no concelho.



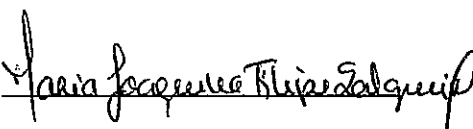
- 23. **Aprovação da Ordem do Dia da Presente Sessão**
- 24. Foi **aprovada**, por **unanimidade** a **Ordem do Dia** da presente Sessão da Assembleia Municipal.
- 25. **Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 27 de junho de 2025**
- 26. Foi **aprovada**, por **unanimidade**, a **Ata nº 4/2025** referente à Sessão Ordinária de 27 de junho de 2025.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

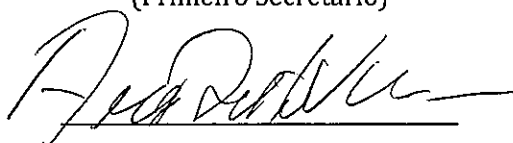
- 27. **Ponto Um – Projeto de Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal Jovem**
- 28. A **Presidente da Câmara Municipal** solicitou a palavra, para esclarecer apenas que a proposta incide apenas na alteração da idade, passando os beneficiários a usufruir até aos 35 anos.
- 29. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Ponto 1, tendo sido **deliberado**, por **unanimidade**, aprovar o **Projeto de Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal Jovem**.
- 30. **Ponto Dois – Informação da Câmara Municipal prevista na alínea c) do nº. 2 do artigo 25 da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.**
- 31. A **Presidente de Câmara Municipal** pediu a palavra e informou que por se tratar da última sessão ordinária da Assembleia Municipal neste mandato, gostaria de deixar um agradecimento a todos os elementos envolvidos nestas assembleias durante todo o mandato. Deixou uma mensagem de reconhecimento pelo trabalho realizado com base na democracia e na gratidão. A qual se anexa à presente ata. (anexo 23/2025).
- 32. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e **aprovada** por **unanimidade**, a minuta da ata.
- 33. Antes de encerrar a sessão a Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a todos os presentes, referindo que ocupar aquele cargo foi uma experiência nova na sua vida. Reconheceu que houve momentos mais tensos, mas destacou que, apesar das diferenças partidárias e de opiniões, houve respeito mútuo na medida do possível. Sublinhou a importância de todos os órgãos atuarem pautados pela democracia. Informou que não concorrerá novamente a este lugar, e concluiu desejando que, nas eleições de 12 de outubro, o povo escolha livremente. Deu por encerrada a sessão quando eram 22h30, do dia 26 de setembro de 2025.



34. A Ata nº 5/2025 foi *aprovada por unanimidade dos presentes*, na Sessão da Assembleia Municipal realizada em 22 de dezembro de 2025, vai ser assinada pelos membros da mesa, assim como por mim, Sónia Condeço, que a redigi e subscrevo.


(Presidente da Assembleia Municipal)


(Primeiro Secretário)


(Segundo Secretário)


(Redator)